

Televisão brasileira: acervos, acesso, preservação e uso

Linha de pesquisa 2 - Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial, no Programa de Mestrado em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Rio de Janeiro

Agosto/2019

Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)
Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA)
Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Televisão brasileira: acervos, acesso, preservação e uso

**Linha de pesquisa 2 - Práticas Críticas em
Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação
do Patrimônio Documental Material e
Imaterial.**

Rio de Janeiro

2019

SUMÁRIO

1.	TEMA E PROBLEMA	2
2.	OBJETIVOS	4
2.1.	OBJETIVO GERAL	4
2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
3.	JUSTIFICATIVA	5
4.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
5.	METODOLOGIA	7
6.	CRONOGRAMA DA PESQUISA	9
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	9

1 TEMA E PROBLEMA

A televisão brasileira e seus acervos é o tema do presente anteprojeto de pesquisa, que apresentamos ao processo seletivo do Curso de Mestrado Profissional do Programa de PósGraduação em Memória e Acervos (PPGMA), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

O problema que trazemos diz respeito à preservação de longo prazo, ao acesso¹ e ao uso dos documentos audiovisuais² existentes nos acervos de redes de radiodifusão no Brasil. Se a produção televisiva integra o conjunto do patrimônio audiovisual de um país, se os conteúdos dizem respeito à memória comum, por que é tão complexo pesquisar nos acervos das televisões abertas nacionais, sejam elas comerciais, públicas ou estatais?

Nosso campo³ de interesse é, portanto, a preservação audiovisual em arquivos televisivos: as dificuldades técnicas e metodológicas no tratamento de suportes⁴ tradicionais, considerando as transformações tecnológicas que a televisão brasileira experimentou desde sua

¹ Acesso: “Direito, oportunidade ou meios de encontrar, recuperar e usar a informação”, segundo a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ, 2016).

² Documento audiovisual: “Gênero documental integrado por documentos que contém imagens, com finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros”, segundo a Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais do CONARQ. (CONARQ, 2018)

³ Campo: “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou para conservar esse campo de forças”. (BOURDIEU, 1997, p.57)

⁴ “O programa Memória do Mundo da Unesco estabelece que os documentos – inclusive os audiovisuais – possuem dois componentes: o *conteúdo* da informação e o *suporte* no qual esta se inscreve. Ambos são igualmente importantes”. (EDMONDSON, 2013, p. 70-71)

inauguração em 1950, e o momento presente - de transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão e retransmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens - com a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T).

Portanto, tanto os acervos com documentos audiovisuais analógicos, quanto digitais nos interessam, cada qual com suas especificidades. Com a implantação do SBTVD-T surge a exigência da transformação total do parque tecnológico para equipamentos de alta definição. A televisão digital seria supostamente sem fitas, *tapeless*, gerando conteúdos nato digitais, desde a produção, passando pela edição e difusão na estreia do programa, até seu arquivamento. No entanto, na realidade, iniciamos a fase *less tape*, com menos fitas, pois os suportes tradicionais analógicos, tais como: fitas BETA (anos 1990 e 2000), U-MATIC (anos 1980), UMA POLEGADA (anos 1970 e 1980), entre outros, ainda são usados diariamente em emissoras de todo o Brasil, que necessitam recuperar suas próprias imagens de arquivo na geração de conteúdo novo e, portanto, a integridade destas fitas originais não digitalizadas está em risco. Em algumas emissoras sobrevivem precariamente milhares de rolos de filmes, sobretudo em bitola 16mm, com datação estimada dos anos 1960 aos anos 1980, atacados por fungos e pela síndrome do vinagre, e assim como as fitas magnéticas, necessitando de cuidado urgente para sua preservação, que só será possível através da visibilidade e valorização deste patrimônio cultural ameaçado de extinção. Segundo o preservador chefe da Cinemateca do Museu de Arte

Moderna, Hernani Heffner: “O ambiente do cinema pressupõe a preservação, a televisão não. A TV parece viver um eterno presente, acessa o acervo como se estivesse acessando a sala de produção”. Diante deste breve panorama, perguntamos: Por que é tão difícil o visionamento de programas antigos exibidos pelas televisões abertas? Estes conteúdos estão preservados adequadamente visando o uso a longo prazo?

Assim, levantamos a seguinte hipótese: Os arquivos de televisão no Brasil estão dispersos pelo território, sem um cadastro que possa identificá-los e sem políticas de acessibilidade. E algumas questões de pesquisa surgiram: Os arquivos de televisão no Brasil têm políticas definidas de acessibilidade para atender usuários internos e externos? A maioria dos arquivos de televisão no Brasil têm Sistemas de Recuperação da Informação adequados? A maioria dos arquivos de televisão no Brasil ainda têm equipamentos necessários para acessar documentos audiovisuais em suportes analógicos tradicionais? Existe legislação nacional implementada para garantir a preservação dos acervos e o acesso presente e futuro aos documentos audiovisuais produzidos pelas emissoras, sejam elas comerciais, públicas ou

estatais? A comunidade arquivística brasileira considera o valor secundário⁵ dos documentos audiovisuais e a importância de viabilizar o uso da informação neles contida a longo prazo - sobretudo através de preservação digital e curadoria digital – diante da iminente obsolescência dos suportes originais magnéticos, cujo prazo de vida se esgota, na melhor das hipóteses, na próxima década?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Mapear os arquivos audiovisuais de televisão no Brasil e avaliar se há aplicação de metodologias de gestão arquivística, preservação física e digital dos acervos nos espaços de sua custódia, a fim de facilitar o acesso e a consulta à programação exibida no Brasil

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Cadastrar os acervos das emissoras selecionadas e suas afiliadas e suas políticas de acessibilidade e atendimento ao usuário interno e externo
- Mapear o ambiente tecnológico dos arquivos de televisão pesquisados, numa perspectiva comparativa e listar os Sistemas de Recuperação da Informação, em uso
- Difundir a visão de que os documentos audiovisuais contendo a programação das televisões integram o conjunto do patrimônio audiovisual nacional a ser preservado a longo prazo para consulta das gerações vindouras, bem como para a realização de novas obras audiovisuais e de estudos acadêmicos transdisciplinares.
- Coletar suas políticas de acessibilidade e normas de gestão arquivística audiovisual
- Escrever uma dissertação e apresentar como produto final uma ferramenta de pesquisa, um **Guia de Acervos de Televisão no Brasil (versão 1.0)**⁶, conforme recorte utilizado no estudo intitulado **TV Aberta no Brasil: aspectos econômicos e estruturais**, publicado em 2015, pela

⁵ Valor secundário: “Valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 172)

⁶ Guia: “Na família dos instrumentos de pesquisa, o guia é o mais abrangente e o mais “popular”, pois está vazado numa linguagem que pode atingir também o grande público e não apenas os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores”. (BELLOTTO, 2006, p. 191)

da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), com foco em “três grandes redes comerciais nacionais (Globo, Record e Band)”. Ver detalhamento no item 5 metodologia. 3

JUSTIFICATIVA

Segundo o estudo da ANCINE, “O segmento de TV aberta possui grande relevância para o setor audiovisual brasileiro. Mesmo com o crescimento de alternativas a esta forma de se assistir a conteúdos audiovisuais, a TV aberta mantém liderança em audiência⁷ e em cobertura geográfica⁸”. (ANCINE, 2015, p.3)

Nota-se o crescente interesse pela memória da televisão brasileira e demanda por acesso aos programas exibidos, seja nas redes sociais digitais, seja na programação de canais de tv por assinatura, ou por *video on demand* (VOD), tanto para fins de entretenimento, quanto em busca de conhecimento, ou profissionalmente, para a realização de novas obras audiovisuais, como os filmes de arquivo, portanto, o acesso às coleções de documentos audiovisuais diretamente nos arquivos das televisões aonde foram produzidos não deveria permanecer tão complexo.

“Hoje, os aparatos comunicacionais são o âmbito primordial nos quais se dá a trânsito de informações, de forma cada vez mais eficiente. Garantir o livre acesso às comunicações, portanto, significa estabelecer meios para que os cidadãos possam ser destinatários do insumo mais importante das sociedades contemporâneas: o conhecimento”. (CASTELLS, 1999, p.).

O arquivamento de audiovisuais televisivos e o acesso público para viabilizar pesquisas sobre a TV interessa aos pesquisadores da área de Comunicação, Ciências Sociais e da História que encontram, no âmbito teórico, várias perspectivas de abordagem para seus estudos. Áureo Busetto transmite as preocupações do pesquisador britânico Corner: “no caso da pesquisa histórica envolvendo o audiovisual televisivo, a pergunta inicial e comum em toda pesquisa na área de História – o quanto olhar e qual detalhe ater-se? – é eclipsada pela seguinte indagação: o que há para olhar” (BUSETTO, 2014, p. 381).

As recomendações das entidades internacionais, da Federação Internacional de Arquivos Fílmicos (FIAF), da Federação Internacional dos Arquivos de Televisão (FIAT/IFTA) e da UNESCO são ignoradas pela maioria dos arquivos televisivos brasileiros. Segundo Rita Marques, do Comitê Executivo da FIAT/IFTA, apenas duas emissoras no Brasil são filiadas: a Rede Globo e a TV Cultura.

⁷ Segundo dados do IBOPE, os três canais que tiveram maior audiência em 2014 são programados por emissoras de TV aberta. (CADE, 2015)

⁸ No Brasil, apenas 30% dos domicílios brasileiros possuem TV por assinatura (Fonte: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=37859>), enquanto que

Há alguns avanços, como a Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014, do CONARQ, que “dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso”. E a sociedade civil organizada e os profissionais de arquivos de televisão, não estão alheios aos desafios, ao contrário, a Assembléia Geral Ordinária da ABPA, aprovou o Plano Nacional de Preservação e a Carta de Ouro Preto 2016 que ressalta:

“estiveram reunidos representantes dos acervos das principais emissoras de televisão aberta do país, públicas e privadas, de TVs educativas e universitárias, (...) foi destacado o volume significativo de obras audiovisuais produzidas e guardadas por esses agentes e a dificuldade em preservar (...)”. (ABPA, 2016, p.1)

As questões de Sayão e Sales (2012) referentes à curadoria digital de dados de pesquisa, sua preservação, acesso e reuso, têm paralelo com as necessidades encontradas em repositórios audiovisuais televisivos que lidam com volumes de informação que transitam entre sistemas próprios para ativos de mídia, conhecidos como *Media Asset Management*. A gestão de dados em ambiente digital é hoje um desafio para todos, tanto na academia, quanto em grandes empresas e as soluções não disruptivas necessitarão de cooperação interdisciplinar.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos anos 1990, os pioneiros da área sugeriram uma abordagem transdisciplinar, que operasse um tratamento de análise e descrição específico para documentos audiovisuais, até recentemente tratados como “documento especial” ou “não textual”, a questão era discutida no Brasil: “os documentos audiovisuais constituem um campo privilegiado de interface entre museologia, arquivística e biblioteconomia e documentação”, alertava Johanna Smit que “apesar de compartilharem objetivos próximos, técnicas semelhantes e as mesmas condições adversas (a situação aflitiva em que se encontram a "cultura, a "memória" e a "informação" no Brasil de hoje é suficientemente conhecida), raramente unem esforços”. (SMIT, 1993, p.81)

Em 1998, Ray Edmondson publica *Filosofia e Princípios da Arquivística Audiovisual* após cinco anos de colaboração da rede *Audiovisual Archiving Philosophy Interest Network* (Avapin) e sob os auspícios da Unesco, conseguiu “oferecer uma base teórica documentada ao campo e à profissão da arquivística audiovisual, esta publicação poderá ser apenas a ‘primeira palavra’, não a ‘palavra final’”. Ao introduzir a edição brasileira de 2013, Edmondson destaca: “As práticas e experiências dos arquivos audiovisuais, e a contribuição intelectual de indivíduos e grupos continuarão a enriquecer a teoria. Definir os princípios de qualquer nova disciplina é

um processo de longo prazo”. (EDMONDSON, 2013, p.16) A oscilação terminológica e a necessidade de vocabulários controlados é uma preocupação básica, pois diversas disciplinas interagem com documentos audiovisuais. A “urgência de se ampliar o campo de problemas e o âmbito disciplinar em que o patrimônio costuma situar-se” (CANCLINI 1994, p. 107).

Para o desenvolvimento da pesquisa, pretendemos usar como base os autores supracitados, bem como os que serão incluídos ao longo da pesquisa bibliográfica e da orientação dos professores no PPGMA-FCRB que apontará lacunas na visão aqui apresentada.

5 METODOLOGIA

Propomos uma metodologia multidisciplinar que inclui revisão de bibliografia nacional e internacional, pesquisa documental, estudo de legislação de radiodifusão e de arquivologia, bem como a observação *in loco* de práticas em acervos de televisão aberta no Brasil. Serão realizados questionários e entrevistas semi-estruturadas com gestores de arquivos televisivos, bem como outros pontos de vista, tais como o de arquivistas e usuários internos e externos. A fim analisar os arquivos de televisão selecionados, usaremos o método comparativo que “supõe a construção de unidades de comparação a serem observadas, situação que implica recortes sobre uma dada realidade. Trata-se de estabelecer o que é ou não comparável.” (JARDIM, 2011, p.201). E utilizaremos análise quantitativa e qualitativa visando mapear o segmento de arquivos televisivos brasileiros, a partir das emissoras comerciais e suas redes de afiliação, conforme apresentado no estudo intitulado **TV Aberta no Brasil: aspectos econômicos e estruturais**, publicado em 2015, pela da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), através da Coordenação de Estudos Regulatórios e Concorrenciais (CER) e da Superintendência de Análise de Mercado (SAM) e em outros documentos disponibilizados através do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual⁹ (OCA). E adotaremos o mesmo recorte dos autores Bruna Fontes Roppa e Alex Patez Galvão, cujo relatório foi feito a partir “de três grandes redes comerciais nacionais (Globo, Record e Band) através de informações encontradas em seus sítios na internet sobre as emissoras afiliadas”, o documento lista ainda “todos os municípios cobertos pela rede de transmissão terrestre de cada emissora afiliada a uma das três redes, assim como informações relativas a cada município”. (ANCINE, 2015, p.3) A utilização deste documento público como

⁹ Criado em dezembro de 2008, o OCA tem por objetivo a difusão de dados e informações qualificadas produzidas pela ANCINE visando “aprimorar a geração e disseminação de conhecimento do Setor”. ¹⁰ <http://www.arquivonacional.gov.br/media/Projeto%20Censo-%20Publique%20final.pdf>

base possibilitará um mapeamento dos acervos televisivos existentes nas três redes mencionadas, incluindo as estações geradoras e sua rede de retransmissoras e repetidoras.

As entrevistas e os questionários serão elaborados a partir da metodologia utilizada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) para o Censo de Arquivos Brasileiros Públicos e Privados¹⁰, cujo instrumento utilizado na coleta de dados possui cinco módulos e norteará o questionário a ser utilizado no processo de pesquisa se baseará nas enquetes intituladas *Timeline Survey* elaborados por membros da Federação Internacional de Televisão (FIAT/IFTA)¹⁰, e no formulário do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos¹¹.

Assim concebemos o processo para levantamento dados quantitativos e qualitativos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, que possibilitará a coleta das informações necessárias para elaboração da dissertação e realização do produto final, o Guia de Acervos de Televisão no Brasil (versão 1.0), conforme objetivo específico, no qual constará a análise comparativa entre os arquivos selecionados. Desejamos que o presente anteprojeto seja depurado a partir da crítica de professores orientadores do PPGMA-FCRB.

CRONOGRAMA DA PESQUISA

PPGMA-FCRB	Semestre 2020.1						Semestre 2020.2					
Atividades	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Disciplinas			x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Levantamento e leitura bibliográfica e documental	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x
Coleta de dados			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Entrevistas			x	x	x							
Tratamento dos dados			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação em eventos			x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Texto/Qualificação			x	x	x	x	x	x	x	x		

PPGMA-FCRB	Semestre 2021.1						Semestre 2021.2					
Atividades	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Disciplinas			x	x	x	x	x					
Levantamento e leitura bibliográfica e documental	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x
Entrevistas				x	x	x						

¹⁰ (Fonte: <http://fiatifta.org/index.php/2016/09/05/fiatifta-survey-where-are-you-on-the-timeline/> e https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfAIVHiNarE2qgRF2robWtaB_bWNCS4FUDL7TiLqiKU3dXbLQ/viewform)

¹¹ (Fonte: <http://conarq.gov.br/o-cadastro.html>)

Visitas				x	x	x						
Texto/Defesa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Participação em eventos			x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Texto e Publicação do Guia	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPA. **Carta de Ouro Preto 2016**. Disponível em:

<http://abpreservacaoaudiovisual.org/site/images/Carta_OuroPreto2016ABPA.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ANCINE. **TV Aberta no Brasil: aspectos econômicos e estruturais**. Autoria: Bruna Fontes Roppa e Alex Patez Galvão. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual. 2015. Disponível em:

https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/Estudo_TVAberta_2015.pdf>. Acesso em 21 jul. 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1997.

BUSETTO, Áureo. Vale a pena ver de novo – organização e acesso a arquivos televisivos na França, GrãBretanha e no Brasil. *In: História* (São Paulo) v.33, n.2, p. 380-407, jul./dez. 2014 ISSN 1980-4369.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n2/0101-9074-his-33-02-00380.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CABRAL, Eula D.T. **Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados**. Fundação Casa de Rui Barbosa Setor de Pesquisa em Políticas Culturais RJ, 2019. Disponível em:

<https://docs.wixstatic.com/ugd/ad71bb_85bfcd422a6f4275968de297890e0f9c.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, 1994.

CASTELLS, Manuel, **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol. 1: A Sociedade em Rede**, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CONARQ. **Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM)**. V.3. 2018. Disponível em: <<http://conarq.gov.br/ctdaism/glossario-da-ctdaism.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONARQ. **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE)**. 7ª Versão. 2016. Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDEGlossario_V7_public.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

EDMONDSON, Ray. **Filosofia e princípios da arquivística audiovisual**. Tradução de: Carlos Roberto de Souza. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Preservação Audiovisual/ Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2013. 224p.

JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. *Liinc em Revista*, v.7, n.1, março 2011, Rio de Janeiro, p. 197. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3295/2911>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FIAT/IFTA. **Future-Proofing AV Content: Bridging the Gaps in MAM, Metadata and Digital Curation**. Disponível em: <<http://fiatifta.org/index.php/fiatiftaevents/seminar-rio-de-janeiro/programme-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SMIT, Johanna Wilhelmina. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 marias. *Revista brasileira de biblioteconomia e documentação*, São Paulo, v. 26, n. 1-2, p. 81-85, 1993. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/396/370>>.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana. F. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179-191, set./dez. 2012. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/repositorio/2015/12/pdf_e65e207da9_0000011952.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.